



PROCESSO : 2020 25000 000042
UNIDADE GESTORA : 250100 – Secretaria da Fazenda e Planejamento
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2019
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 031/2020/PCA/CGE
SGD Nº 2020 09049 001229

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos à análise da Prestação de Contas Anual da **Secretaria da Fazenda e Planejamento - SEFAZ**, nos termos do inciso XII, art. 3º da Lei Estadual nº 2.735/2013 e do Decreto Estadual nº 6.037/2020.

1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Examinando o processo de Prestação de Contas Anual do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, da Secretaria da Fazenda e Planejamento, verificou-se que o mesmo está constituído com as peças previstas no art. 9º da Instrução Normativa TCE nº 006/2003, tendo sido protocolado na Controladoria-Geral do Estado no dia 17 de fevereiro de 2020, fora do prazo que determina o art. 4º, II do Decreto Estadual nº 6.037, de 28 de janeiro de 2020.

2. DA ANÁLISE CONTÁBIL

2.1 Do Responsável

a) O Departamento de Contabilidade no exercício de 2019 estava sob a responsabilidade do servidor **Geovani Caldas da Silva** – Contador.

b) O contador que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/TO nº 004821/O - 4, conforme certidão, às fls. 61.

2.2 Das demonstrações contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial

As informações a seguir foram obtidas a partir dos Demonstrativos Contábeis de fls. 240 a 411, relativos ao exercício de 2019, tendo sua confiabilidade verificada junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SiafeTO).

2.2.1 Balanço orçamentário

a) O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

b) O Orçamento para o exercício de 2019, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 3.434, de 02 de abril de 2019, que estimou a receita e fixou as despesas do Poder Executivo para o exercício financeiro de 2019 determinou como crédito inicial o valor de R\$ 391.970.922,00 (trezentos e noventa e um milhões, novecentos e setenta mil, novecentos e vinte e dois reais), sendo o valor autorizado de R\$ 405.632.097,00 (quatrocentos e cinco milhões, seiscentos e trinta e dois mil, noventa e sete reais), considerando as movimentações orçamentárias durante o exercício de 2019, conforme demonstrado no Anexo 11 Por Fonte, às fls. 248 a 257.

2.2.1.1 Receita realizada

a) Houve arrecadação no valor de R\$ 156.457.387,11 (cento e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, trezentos e oitenta e sete reais e onze centavos), referente à Receitas Patrimoniais, Outras Receitas Correntes e Operações de Crédito, conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 244.

b) A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um bom nível de execução, com percentual médio de 154,76%, acima do previsto, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas correntes	765.288,00	1.187.264,11	155,14
Receitas de capital	100.330.000,00	155.270.123,00	154,76
TOTAL	101.095.288,00	156.457.387,11	154,76

FONTE: SiafeTO anexo 10 sem Fonte por UG

FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
100 – Recursos Ordinários	0,00	74.801,38	0,00
103 – Contrapartida	0,00	820,68	0,00
220 – Operações de Crédito Externas	66.330.000,00	155.971.921,49	235,15
225 – Convênios Federais	34.765.288,00	409.843,56	1,18
TOTAL	101.095.288,00	156.457.387,11	154,76

FONTE: SiafeTO anexo 10 por UG (Fonte)

2.2.1.2 Despesa Executada

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 94,53%, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas correntes	336.926.688,00	336.705.149,04	99,93
Despesas de capital	68.705.409,00	46.733.898,36	68,02
TOTAL	405.632.097,00	383.439.047,40	94,53

FONTE: SiafeTO - anexo 2

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 – Recursos Ordinários	336.946.674,00	336.715.199,04	99,93
103 – Contrapartida	858.895,00	836.630,42	97,41
220 – Operações de Crédito Externas	66.330.000,00	45.887.217,94	69,18
225 – Convênios Federais	200.000,00	0,00	0,00
226 – Alienação de Bens	1.296.528,00	0,00	0,00
TOTAL	405.632.097,00	383.439.047,40	94,53

FONTE: SiafeTO- Anexo 11 por Fonte

2.2.1.3 Despesas de Exercícios Anteriores

Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) referem-se às dívidas reconhecidas para as quais não existe empenho inscrito em Restos a Pagar, seja pela sua anulação ou pela não emissão da nota de empenho no momento oportuno. Originam-se, assim, de compromissos gerados em exercício financeiro anterior àquele em que deva ocorrer o pagamento, para o qual o orçamento continha crédito próprio, com suficiente saldo orçamentário, mas que não tenham sido processados naquele momento.

Como se vê no Comparativo da Despesa, Orçada, Autorizada e Realizada (Anexo 2), às fls. 240 a 242, o montante das Despesas de Exercícios Anteriores realizada até 31/12/2019 foi de R\$ 43.030.543,88 (quarenta e três milhões, trinta mil, quinhentos e quarenta e três reais e oitenta e oito centavos), que equivale aproximadamente 11,22% do total das despesas realizadas no período de R\$ 383.439.047,40 (trezentos e oitenta e três milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quarenta e sete reais e quarenta centavos).

O que pode analisar é que esta despesas por não estarem previstas ou insuficientemente dotada no orçamento, causam a movimentação de dotações orçamentárias para sua cobertura, impactando na execução orçamentária do exercício e prejudicando em alguns casos o alcance de metas e, ainda, indicando descompasso entre o que foi previsto nos instrumentos de planejamento.

2.2.1.3 Das alterações do orçamento inicial

O orçamento inicial da Secretaria da Fazenda e Planejamento foi de R\$ 391.970.922,00 (trezentos e noventa e um milhões, novecentos e setenta mil, novecentos e vinte e dois reais), sendo suplementado o valor de R\$ 44.552.571,00 (quarenta e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e setenta e um reais), e reduzido o valor de R\$ 30.891.396,00 (trinta milhões, oitocentos e noventa e um mil, trezentos e noventa e seis reais), perfazendo um montante autorizado de R\$ 405.632.097,00 (quatrocentos e cinco milhões, seiscentos e trinta e dois mil, noventa e sete reais), conforme Balancete às fls. 387.

As suplementações no orçamento inicial, da Secretaria da Fazenda e Planejamento, refletem um aumento de 11,37% , o que significa dizer que não houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias que é de 30% (trinta por cento) em cada esfera orçamentária (Orçamento fiscal e de seguridade social).

2.2.1.5 Do Déficit Orçamentário

a) O Balanço Orçamentário, às fls. 267 a 268, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta déficit de R\$ 226.981.660,29 (duzentos e vinte e seis milhões, novecentos e oitenta e um mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e nove centavos). Considerando as Transferências Financeiras Recebidas para execução orçamentária (Cotas) e Transferências Financeiras Concedidas para a execução orçamentária às fls. 272 e 274, temos um Déficit efetivo de R\$ 27.099.144,80 (vinte e sete milhões, noventa e nove mil, cento e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), representando 7,07% da execução da despesa, tendo sido emitida justificativa em nota explicativa às fls. 403, conforme tabela abaixo:

Receitas Realizada	156.457.387,11
Despesas Executadas	383.439.047,40
Déficit	-226.981.660,29
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	314.414.419,88
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	-114.531.904,39
Saldo das Transferências	199.882.515,49
Déficit	-226.981.660,29
Déficit efetivo	-27.099.144,80

2.2.2 Balanço financeiro

a) O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extra

orçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

2.2.2.1 Ingressos e dispêndios

A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 156.457.387,11 (cento e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, trezentos e oitenta e sete reais e onze centavos), somada às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 317.015.701,13 (trezentos e dezessete milhões, quinze mil, setecentos e um reais e treze centavos), os recebimentos extraorçamentários no valor de R\$ 95.554.533,50 (noventa e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e trinta e três reais e cinquenta centavos) e ao saldo do exercício anterior, no valor de R\$ 71.972.273,29 (setenta e um milhões, novecentos e setenta e dois mil, duzentos e setenta e três reais e vinte e nove centavos), foram suficientes para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 383.439.047,40 (trezentos e oitenta e três milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quarenta e sete reais e quarenta centavos), as transferências financeiras concedidas no montante de R\$ 155.330.460,88 (cento e cinquenta e cinco milhões, trezentos e trinta mil, quatrocentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos), os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 76.498.811,93 (setenta e seis milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, oitocentos e onze reais e noventa e três centavos), restando saldo de R\$ 25.731.574,82 (vinte e cinco milhões, setecentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta e dois centavos) para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 272 a 275.

2.2.3 Balanço patrimonial

a) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

b) O Balanço Patrimonial, às fls. 278 a 279, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

I) O Passivo Circulante é maior que o Ativo Circulante no Montante de R\$ 19.367.786,34 (dezenove milhões, trezentos e sessenta e sete mil, setecentos e oitenta e seis reais e trinta e quatro centavos), demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo;

II) O Ativo Não Circulante foi de R\$ 301.752.558,37 (trezentos e um milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e trinta e sete centavos), composto pelo Investimentos e Imobilizado, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante.

III) O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um déficit financeiro de R\$ 19.367.786,34 (dezenove milhões, trezentos e sessenta e sete mil, setecentos e oitenta e seis reais e trinta e quatro centavos), obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 26.621.276,53 (vinte e seis milhões, seiscentos e vinte e um mil, duzentos e setenta e seis reais e cinquenta e três centavos), com o Passivo Financeiro no valor de R\$ 45.989.062,87 (quarenta e cinco milhões, novecentos e oitenta e nove mil, sessenta e dois reais e oitenta e sete centavos), conforme às fls. 280 e 282, parcialmente justificado às fls. 405 e 406.

IV) Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado, à fl. 278, no valor total de R\$ 89.018.959,17 (oitenta e nove milhões, dezoito mil, novecentos e cinquenta e nove reais e dezessete centavos), já deduzida a depreciação, havendo divergências com o SISPAT, tendo sido emitido justificativa em Nota Explicativa às fls. 407 e 408.

V) A conta contábil “Estoques”, às fls. 278, apresenta saldo no valor de R\$ 257.590,06 (duzentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e noventa reais e seis centavos), que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 650 e 661.

VI) A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, à fl. 278, registra saldo no valor total de R\$ 25.731.574,82 (vinte e cinco milhões, setecentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

VII) O montante de “Caixa e Equivalente de Caixa” valor é composto pelo Limite de Saque com Vinculação de Pagamento disponibilizado pelo Tesouro na referida UG somados os saldos apresentados nas contas da conciliação bancária, fls. 851, conferindo com os extratos destas, fls. 855 a 876 e balancete às fls. 370, conforme discriminação abaixo:

R\$ 23.745.648,68 (vinte e três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e oito reais e sessenta e oito centavos) na conta bancos conta movimento-demaís contas;

R\$ 1.985.926,14 (um milhão, novecentos e oitenta e cinco mil, novecentos e vinte e seis reais e quatorze centavos) limite de saque com vinculação de pagamento.

VIII) As contas do Passivo Circulante, às fl. 279, totalizam um saldo de R\$ 217.884.703,38 (duzentos e dezessete milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, setecentos e três reais e trinta e oito centavos) correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

IX) Não há registro de saldo na conta “Passivo Não Circulante”, conforme evidenciado no demonstrativo às fls. 279.

2.2.3.1 Passivo permanente

Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta no Balanço Patrimonial, no Quadro Dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanente, às fls. 280, um saldo no exercício atual de R\$ 179.389.070,07 (cento e setenta e nove milhões, trezentos e oitenta e nove mil e setenta reais e sete centavos), no Passivo Permanente.

No entanto, verifica-se ainda um valor que compõe o Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa (para fins de Resultado Primário) de R\$ 179.291.041,85 (cento e setenta e nove milhões, duzentos e noventa e um mil, quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos), às fls. 288, referente a passivos reconhecidos com atributo “P”, este montante representa as despesas contabilizadas sem suporte orçamentário (sem prévio empenho), ou seja, não foram previstas pela Lei Orçamentária Anual de 2019, elevando a despesa executada de R\$ 383.439.047,40 (trezentos e oitenta e três milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quarenta e sete reais e quarenta centavos), para R\$ 562.730.089,25 (quinhentos e sessenta e dois milhões, setecentos e trinta mil, oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos).

No exercício anterior, houve um saldo na conta de Passivo Permanente no valor de R\$ 196.682.630,52 (cento e noventa e seis milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, seiscentos e trinta reais e cinquenta e dois centavos) e fazendo um comparativo com o saldo do exercício de 2019, percebe-se que houve uma diminuição desses passivos.

2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 592.836.809,68 (quinhentos e noventa e dois milhões, oitocentos e trinta e seis mil, oitocentos e nove reais e sessenta e oito centavos) e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 744.111.021,97 (setecentos e quarenta e quatro milhões, cento e onze mil, vinte e um reais e noventa e sete centavos), demonstrando resultado patrimonial negativo do período, no montante de R\$ 151.274.212,29 (cento e cinquenta e um milhões, duzentos e setenta e quatro mil, duzentos e doze reais e vinte e nove centavos), conforme demonstrado às fls. 284 a 286.

2.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa

a) A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de R\$ 25.731.574,82 (vinte e cinco milhões, setecentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), à fl. 364.

b) A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no valor negativo de R\$ 46.240.698,47 (quarenta e seis milhões, duzentos e quarenta mil, seiscentos e noventa e oito reais e quarenta e sete centavos), proveniente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no valor negativo de

R\$ 152.497.266,47 (cento e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, duzentos e sessenta e seis reais e quarenta e sete centavos), das atividades de investimentos no valor negativo de R\$ 49.013.555,00 (quarenta e nove milhões, treze mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais) e das atividades de financiamento no valor de R\$ 155.270.123,00 (cento e cinquenta e cinco milhões, duzentos e setenta mil, cento e vinte e três reais), que diminuindo do Caixa e Equivalente de Caixa inicial no valor de R\$ 71.972.273,29 (setenta e um milhões, novecentos e setenta e dois mil, duzentos e setenta e três reais e vinte e nove centavos) resultou num Caixa e Equivalente de Caixa Final de R\$ 25.731.574,82 (vinte e cinco milhões, setecentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), às fls. 364.

2.2.6 Restos a pagar

a) Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de R\$ 33.148.910,78 (trinta e três milhões, cento e quarenta e oito mil, novecentos e dez reais e setenta e oito centavos), deste montante, R\$ 29.590.553,47 (vinte e nove milhões, quinhentos e noventa mil, quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta e sete centavos) refere-se a restos a pagar processados e R\$ 3.558.357,31 (três milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, trezentos e cinquenta e sete reais e trinta e um centavos), restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro às fls. 272.

b) Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores no valor de R\$ 13.200.777,03, demonstrado à fl. 269, do qual foi liquidado R\$ 6.286.428,19 (seis milhões, duzentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e vinte e oito reais e dezenove centavos), pago R\$ 6.241.029,50 (seis milhões, duzentos e quarenta e um mil, vinte e nove reais e cinquenta centavos) e cancelado R\$ 2.006.628,46 (dois milhões, seis mil, seiscentos e vinte e oito reais e quarenta e seis centavos), restando ainda um saldo de R\$ 4.953.119,07 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e três mil, cento e dezenove reais e sete centavos), justificado às fls. 403 e 404.

c) Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado à fl. 270, foi pago R\$ 1.586.011,52 (um milhão, quinhentos e oitenta e seis mil, onze reais e cinquenta e dois centavos) e cancelado R\$ 6.711,51 (seis mil, setecentos e onze reais e cinquenta e um centavos), restando um saldo de R\$ 2.683.756,63 (dois milhões, seiscentos e oitenta e três mil, setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e três centavos), justificado às fls. 404.

3. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

O Relatório de Gestão, às fls. 62 a 227, consoante disposições do art. 9º, inciso III da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003, demonstra que as atribuições da

Secretaria da Fazenda e Planejamento, foram desenvolvidas com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual nº 3.433/2019 bem como nas ações orçamentárias contidas na Lei Estadual nº 3.434/2019.

Houve acompanhamento e recomendações da execução do PPA e do orçamento, no primeiro e segundo quadrimestres do exercício em análise, pelos analistas da Controladoria-Geral do Estado, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e ações orçamentárias, conforme demonstrados a seguir:

3.1 Objetivos e Metas Estabelecidos no PPA:

3.1.1 Objetivos

No relatório de gestão está demonstrado que as atribuições Secretaria da Fazenda e Planejamento, foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance de 08 (oito) objetivos, às fls. 72 a 83, definidos nos Programas Temáticos 1146 - Reserva de Contingência, 1161 - Assistência Social e 1166 - Planejamento, Orçamento e Gestão.

3.1.2 Metas Regionalizadas

a) Para **Objetivo 0215 - Fortalecer a gestão dos recursos de convênios e operações de crédito**, foram estabelecidas 05 (cinco) metas regionalizadas, sendo 01 (uma) com cem por cento de execução, 03 (três) com índice de execução regular e 01(uma) não executada o que foi previsto para o período do PPA 2016/2019, conforme quadro abaixo e demonstrativos às fls. 133 a 138.

Metas do Objetivo Regionalizadas

Meta		Metas do Objetivo			Execução	
Código	Descrição	Região	Medida	Prevista	2019	%
Programa 1166 - Planejamento, Orçamento e Gestão						
Objetivo – 0215 Fortalecer a gestão dos recursos de convênios e operações de crédito						
4006	Adquirir e implantar sistema de convênios - PDRIS.	Estadual	un	1	1	100
4103	Aprimorar os procedimentos técnicos dos convênios - PDRIS.	Estadual	un	2	1	50
4445	Organizar seminários de gestão de convênios estaduais - PDRIS.	Estadual	un	1	0	0
4151	Aumentar para 75% a execução dos convênios até 2019 - PDRIS	Estadual	%	75	42,17	56,22
4171	Capacitar agentes públicos na rede siconv - PDRIS.	Estadual	un	250	125	50

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

b) Para o **Objetivo 0212 - Fortalecer o estudo e a pesquisa socioeconômica, de recursos naturais e cartográfica para subsidiar os processos de tomada de decisões governamentais**, foram estabelecidas 18 (dezoito) metas regionalizadas, sendo 16 (dezesseis)

com 100% de execução e 02 (duas) sem execução do que foi previsto para o período do PPA 2016/2019, conforme quadro abaixo nos demonstrativos às fls. 106 a 132.

Metas do Objetivo Regionalizadas

Meta		Metas do Objetivo			Execução	
Código	Descrição	Região	Medida	Prevista	2019	%
Programa 1166 - Planejamento, Orçamento e Gestão						
Objetivo – 0212 - Fortalecer o estudo e a pesquisa socioeconômica, de recursos naturais e cartográficos para subsidiar os processos de tomada de decisões governamentais						
4523	Realizar o zoneamento ecológico econômico do Estado do Tocantins	Estadual	un	1	1	100
4567	Sistematizar e disponibilizar as informações estatísticas e geoespaciais.	Estadual	un	1	1	100
4568	Subsidiar o Estado do Tocantins na revisão de limites político-administrativos - PDRIS.	Estadual	un	1	1	100
4572	Treinar em geoprocessamento e processamento digital de imagem -	Estadual	un	2	2	100
4159	Avaliar os impactos do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS.	Estadual	un	1	1	100
4014	Adquirir Hardware para o sistema de informação estatística, geoespaciais e mapas do ZEE - PDRIS.	Estadual	un	5	5	100
4012	Adquirir equipamentos e programas para o laboratório de geoprocessamento da Seplan - PDRIS.	Estadual	un	7	0	0
4235	Delimitar e caracterizar cartograficamente as áreas vulneráveis a escassez hídrica na região sudeste do Estado do Tocantins - PDRIS.	Sudeste	un	1	1	100
4254	Disponibilizar informações geoespaciais via web - PDRIS	Estadual	un	1	1	100
4264	Elaborar a Política e o Plano de Ordenamento Territorial do	Estadual	un	1	1	100
4266	Elaborar atlas de recursos naturais - PDRIS.	Estadual	un	1	0	0
4267	Elaborar carta climática - PDRIS.	Estadual	un	1	1	100
4273	Elaborar o Plano de Ação de Convivência com a estiagem do sudeste	Sudeste	un	1	1	100
4276	Elaborar o Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado	Estadual	un	1	1	100
4383	Implementar a Política Cartográfica do Estado do Tocantins - PDRIS.	Estadual	un	1	1	100
4386	Implementar o Plano Cartográfico do Estado do Tocantins - PDRIS.	Estadual	un	1	1	100
4401	Levantar os recursos naturais no Estado do Tocantins - PDRIS.	Estadual	un	1	1	100
4433	Modelar o sistema estadual de informações geográficas - PDRIS.	Estadual	un	1	1	100

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

c) Para o **Objetivo 0282 - Incrementar o Nível de Arrecadação do Estado do Tocantins**, foi estabelecida 01 (uma) meta regionalizada, sendo que essa meta, superou o planejado para o período do PPA 2016/2019, conforme quadro abaixo nos demonstrativos às fls. 139.

Metas do Objetivo Regionalizadas

Meta		Metas do Objetivo			Execução	
Código	Descrição	Região	Medida	Prevista	2019	%
Programa 1166 - Planejamento, Orçamento e Gestão.						
Objetivo – 0282 Incrementar o Nível de Arrecadação do Estado do Tocantins						
4117	Atingir 5% da arrecadação real de ICMS até 2019.	Estadual	%	5	23,67	473,40

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

d) Para o **Objetivo 0334 - Desconcentrar a economia regional para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do Estado**, foram estabelecidas 03 (três) metas regionalizadas, sendo 01 (uma) com 100% de execução e 02 (duas) sem execução em relação ao que foi previsto para o período do PPA 2016/2019, conforme quadro abaixo nos demonstrativos às fls. 141 a 143.

Metas do Objetivo Regionalizadas

Meta		Metas do Objetivo			Execução	
Código	Descrição	Região	Medida	Prevista	2019	%
Programa 1166 - Planejamento, Orçamento e Gestão						
Objetivo – 0334 Desconcentrar a economia regional para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do Estado						
4317	Executar projetos de manutenção de estradas vicinais nos municípios consorciados que receberam obras hidráulicas do PDRIS.	Estadual	un	8	0	0
4270	Elaborar Estratégias para o Desenvolvimento de Parcerias Público Privado PPP - PDRIS	Estadual	un	1	1	100
4520	Realizar Manutenção das estradas vicinais nos municípios consorciados com obras hidráulicas do PDRIS.	Estadual	un	4	0	0

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

e) Para o **Objetivo 0426 - Modernizar os processos de planejamento, orçamento e gestão**, foram estabelecidas 07 (sete) metas regionalizadas, sendo 02 (duas) com 100% de execução, 01(uma) superou o planejado, 01(um) com baixa execução e 3 (três) não tiveram execução em relação ao que foi previsto para o período do PPA 2016/2019, conforme quadro abaixo nos demonstrativos às fls. 144 a 150.

Metas do Objetivo Regionalizadas

Meta		Metas do Objetivo			Execução	
Código	Descrição	Região	Medida	Prevista	2019	%
Programa 1166 - Planejamento, Orçamento e Gestão.						
Objetivo – 0426 Modernizar os processos de planejamento, orçamento e gestão.						
4581	Desenvolver o Plano de Agronegócio do Tocantins - PDRIS.	Estadual	%	100	0	0
4427	Mapear os processos dos fluxos administrativos de trabalho da Seplan - PDRIS.	Estadual	%	90	16	17,77
4425	Mapear as competências humanas - PDRIS.	Estadual	un	1	0	0
4172	Capacitar e treinar agentes públicos - PDRIS.	Estadual	un	18	320	1.777,77
4222	Contratar consultoria para acompanhamento e monitoramento do AISA do PDRIS.	Estadual	un	1	1	100
4177	Capacitar técnicos do PDRIS nas áreas técnicas, contábeis, financeira e aquisições - PDRIS.	Estadual	un	10	0	0
4221	Contratar consultor para serviços de tradução - PDRIS.	Estadual	un	1	1	100

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

3.1.3 Metas Não regionalizadas

a) Para o **Objetivo 0283 - Modernizar a Gestão Fazendária**, foram estabelecidas 05 (cinco) metas não regionalizadas, sendo 01 (uma) não executada, 02 (duas) executadas parcialmente e 02 (duas) com a execução integral do planejado para o período o PPA 2016-2019, conforme análise nos demonstrativos às fls. 151 a 156.

b) Para o **Objetivo - 0282 - Incrementar o Nível de Arrecadação do Estado do Tocantins**, foi estabelecida 01 (uma) meta não regionalizada, com execução parcial da meta para o período o PPA 2016-2019, conforme análise nos demonstrativos às fls.157.

3.2 Indicadores

A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de 11 (onze) indicadores, sendo 05 (cinco) com o índice apurado satisfatório, 01 (um) com índice parcial e 01 (um) com índice insatisfatório e 04 (quatro) não foram aferidos, conforme análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 84 a 105.

Oportuno destacar que dos 11 (onze) indicadores do órgão, observamos que 10 (dez) indicadores não demonstraram nas análises, os índices alcançados nos exercício anteriores a fim de demonstrar a série histórica da evolução temporal para o quadriênio 2016-2019, exceto o indicador: Incremento real da arrecadação de ICMS às fls. 90.

3.3 Ações Temáticas

a) Conforme informações extraídas do Plano Plurianual - PPA, Lei Orçamentária Anual - LOA e Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SiafeTO), durante o exercício de 2019, houveram 21 (vinte e uma) ações temáticas vinculadas aos Programas Temático 1166 - Planejamento Orçamento e Gestão e 1168 – Efetividade da Prestação Jurisdicional, as quais representaram um orçamento autorizado de R\$ 69.484.901,00 (sessenta e nove milhões quatrocentos e oitenta e quatro mil e novecentos e um reais).

b) Depreende-se da análise que a Secretaria da Fazenda e Planejamento, apresentou, de forma geral, um regular desempenho orçamentário e financeiro, tendo empenhado 68,34% dos recursos, referentes a estas Ações Temáticas, autorizados.

c) Quanto às ações 1015, 2132 e 2112, observou-se a não utilização dos recursos orçamentários e financeiros, no entanto, obtiveram execução da meta física planejada de 75%, 100% e 100%, respectivamente, tendo sido apresentados os esclarecimentos pelos responsáveis das ações, conforme demonstrativos às fls. 159, 165 e 172.

Ações Temáticas por Programa

Meta Financeira								Metas Físicas			
Ação	Orçamento Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A (%)	L/A (%)	Produto	Prevista	Realizado	Execução (%)
Programa 1166 - Planejamento Orçamento e Gestão											
1015	135.000,00	0,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Programa avaliado.	80	60	75
2053	1.777.000,00	-32.000,00	1.745.000,00	1.152.257,15	90.177,40	66,03	5,16	Ordenamento territorial estruturado.	1	1	100
2080	1.273.000,00	-18.000,00	1.255.000,00	1.241.890,83	736.842,17	98,95	58,71	Base cartográfica contínua do Estado	1	1	100
2132	50.000,00	-50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Informação disponibilizada	4	4	100
1078	5.121.456,00	-851.456,00	4.270.000,00	4.200.645,88	2.868.955,87	98,37	67,18	Desenvolvimento regional promovido	2	2	100
2077	100.000,00	-50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Desenvolv. regional e local fortalecido	1	0	0
2112	1.900.000,00	-1.900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Consórcio Brasil Central promovido	1	1	100
2366	450.000,00	-325.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	100,00	100,00	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal fortalecido.	1	1	100
2001	3.200.000,00	-80.000,00	3.120.000,00	62.885,23	62.885,23	2,01	2,01	Convênio acompanhado	100	1	1
1031	120.000,00	0,00	120.000,00	59.423,54	59.423,54	49,51	49,51	Participação em evento	10	10	100
1050	1.758.721,00	-30.000,00	1.728.721,00	1.163.902,64	1.163.902,64	67,32	67,32	Modelo de gestão de pessoas implantado - Profisco	10	9	90
1069	320.000,00	1.176.528,00	1.496.528,00	184.565,38	184.565,38	12,33	12,33	Unidade da Secretaria da Fazenda melhorada	12	3	25
1109	354.000,00	0,00	354.000,00	269.654,11	154.100,61	76,17	43,53	Projeto administrado	10	10	100
2081	100.000,00	-95.000,00	5.000,00	5.000,00	1.779,27	100,00	35,58	Programa Executado	1	1	100
2027	247.537,00	-117.537,00	130.000,00	30.000,00	4.470,59	23,07	3,43	servidor capacitado	100	100	100
2090	2.408.384,00	-1.856.906,00	551.478,00	420.196,80	411.209,53	76,19	74,56	gestão de planejamento implementado	1	1	100
2119	820.000,00	1.503.000,00	2.323.000,00	2.258.477,26	1.960.437,83	97,22	84,39	UGP mantida	7	1	14,28
2156	80.000,00	0,00	80.000,00	39.900,00	39.900,00	49,87	49,87	Auditoria Externa realizada	1	1	100
1116	21.990.240,00	10.191.000,00	32.181.240,00	20.783.793,91	20.783.793,91	64,58	64,58	Gestão tributária aperfeiçoada	10	9	90
2344	3.000.000,00	-3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Prêmio concedido	100	5	5
Total	45.205.338,00	4.464.629,00	49.669.967,00	31.997.592,73	28.647.443,97	64,42	57,67				
Programa - 1168 – Efetividade da Prestação Jurisdicional.											
1111	20.817.039,00	-1.002.105,00	19.814.934,00	15.491.017,81	15.491.017,81	78,17	78,17	Gestão fazendária modernizada	10	9	90
Total	20.817.039,00	-1.002.105,00	19.814.934,00	15.491.017,81	15.491.017,81	78,17	78,17				
Geral	66.022.377,00	3.462.524,00	69.484.901,00	47.488.610,54	44.138.461,78	68,34	63,52				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentaria e do PPA

d) A ação 2077, não houve execução física e nem financeira da ação, sendo os esclarecimentos apresentados pelo responsável, conforme demonstrativo às fls. 170.

e) A ação 1069, demonstra um baixo desempenho orçamentário financeiro de 12,33%, com alcance da meta física planejada de 25%, não sendo apresentado justificativas pelo responsável da ação, conforme demonstrativos às fls. 183.

f) Com relação a ação 2027, observa-se baixa execução orçamentária financeira de 23,07%, com alcance da meta física planejada em 100%, não sendo apresentado justificativas pelo responsável da ação, conforme no demonstrativo, às fls. 191.

g) Especificamente a ação 2119, embora tenha alcançado uma boa execução dos recursos orçamentários financeiros de 97,22%, demonstra um alcance de apenas 14,28% da meta física planejada, tendo sido apresentados os esclarecimentos pelo responsável da ação, conforme demonstrativo, às fls. 196.

h) Na ação 2344, houve redução de todo seu orçamento inicial, prejudicando o cumprimento da meta física planejada, sendo às justificativas apresentadas pelos os responsáveis das ações às fls. 206.

3.4 Ações de Gestão

A execução das ações de gestão do Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo, com um total de 05 (cinco) ações orçamentárias, sendo 04 (quatro) de Gestão Financeira e 01 (uma) de Gestão Física, representaram um orçamento autorizado de R\$ 336.147.196,00 (trezentos e trinta e seis milhões e cento e quarenta e sete mil e cento e noventa e seis reais), demonstrando que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de 99,94% de execução, conforme quadro abaixo e análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 208 a 219.

Ações de Gestão Financeira por Programa

Ação		Meta Financeira						
Código	Descrição	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A (%)	L/A (%)
Programa - 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo								
2307	Manutenção dos Serviços de Transporte	1.900.000,00	-269.500,00	1.630.500,00	1.630.065,61	1.630.060,11	99,97	99,97
2193	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	54.365.130,00	6.993.051,00	61.358.181,00	61.311.210,96	61.117.884,59	99,92	99,60
2261	Manutenção de Serviços de Informática	480.000,00	2.975.203,00	3.455.203,00	3.449.362,48	3.438.874,21	99,83	99,52
2229	Manutenção de Recursos Humanos	269.074.915,00	619.197,00	269.694.112,00	269.550.685,74	269.546.297,33	99,94	99,94
Total		325.820.045,00	10.317.951,00	336.137.996,00	335.941.324,79	335.733.116,24	99,94	99,87

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

Ações de Gestão Física por Programa

Meta Financeira								Meta Física			
Ação	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A	L/A	Descrição da Meta	Prevista	Realizada	Execução
Programa - 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo											
2217	128.500,00	-119.300,00	9.200,00	9.112,07	9.112,07	99,04	99,04	Escola fazendária mantida	1	1	100
Total	128.500,00	-119.300,00	9.200,00	9.112,07	9.112,07	99,04	99,04				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

4. TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS POR FONTE MEDIANTE CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES, TERMOS DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES

No que concerne à Secretaria da Fazenda e Planejamento não houve recebimento de recursos de convênio da União, conforme demonstrado no anexo 10, fls. 244, assim como não houve recursos concedidos aos municípios e entidades sem fins lucrativos, conforme demonstrado anexo 2, fls. 240.

5. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DOS ATOS RELATIVOS À DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO DOS CONTRATOS.

Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à Secretaria da Fazenda e Planejamento, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria-Geral do Estado.

Com base na Instrução Normativa nº 01/2017 que dispõe e disciplina a obrigatoriedade do envio de processos para análise e emissão de opinativo pela Controladoria, foram analisados da Secretaria da Fazenda e Planejamento 03 (três) processos, sendo 02 (dois) concernentes à adesão em ata de registro de preços e 01 (um) de dispensa de licitação, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas, também, existe dentro da Controladoria-Geral do Estado um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, realizando atendimentos presenciais e telefônicos para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitações, dentre outras.

6. AUDITORIAS E INSPEÇÕES REALIZADAS

Durante o exercício de 2019 não foi realizada nenhuma auditoria e Inspeção na Secretaria da Fazenda e Planejamento, ressaltamos, porém, que no exercício em análise foram realizadas 8 (oito) procedimentos fiscalizatórios nos Órgãos e Entidades do Poder Executivo abaixo relacionados:

TIPO	ÓRGÃO	OBJETIVO	INSTRUMENTO
Auditoria de Regularidade	Banco do Empreendedor – Vinculado com a Setas	Examinar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional.	Portaria CGPT Nº 90/2018/GABSEC, de 17 de outubro de 2018, que instaura Auditoria de Regularidade no âmbito do Banco do Empreendedor (Diário Oficial do Estado nº 5.221, de 19 de outubro de 2018).



Auditoria Operacional	Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes	Avaliar o desempenho do “Sistema de Transporte Escolar”, tendo por finalidade subsidiar os responsáveis pela tomada de decisões com propositura de medidas para o aperfeiçoamento do sistema.	Portaria CGE nº 16/2019/GABSEC, de 15 de fevereiro de 2019, que instaura Auditoria Operacional no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes (Diário Oficial do Estado nº 5.301, de 15 de fevereiro de 2019).
Auditoria Interna Contábil	Polícia Militar do Estado do Tocantins	Atender ao disposto no inteiro teor do Acórdão nº 207/2018-TCE/ TO – 2ª Câmara, em especial o item 8.11, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 33/2019/GABSEC, de 08 de abril de 2019, que restabelece os trabalhos da Comissão de Auditoria Interna Contábil, realizada na Polícia Militar do Estado do Tocantins, designada pela Portaria CGE nº 60/2018/GABSEC, de 03 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.171, de 07 de agosto de 2018, fixando a data limite até o dia 06 de maio de 2019, considerando ainda, o inteiro teor do Ofício Comissão de Auditoria CGE nº 08/2019, onde expõem pormenorizadamente os motivos da solicitação de restabelecimento do prazo fixado na Portaria CGE nº 105/2018, de 07 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.255, de 11 de dezembro de 2018.
Auditoria Interna Contábil	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins	Atender ao disposto no inteiro teor do Acórdão nº 207/2018-TCE/TO – 2ª Câmara, em especial o item 8.11, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 35/2019/GABSEC, de 12 de abril de 2019, que instaura Auditoria Interna Contábil no âmbito da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, bem como no Fundo de Defesa Agropecuária (Diário Oficial do Estado nº 5.340, de 16 de abril de 2019).
Auditoria Interna Contábil	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, bem como seus Fundos Vinculados	Atender ao disposto no inteiro teor do Acórdão nº 207/2018-TCE/TO – 2ª Câmara, em especial o item 8.11, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 36/2019/GABSEC, de 12 de abril de 2019, que instaura Auditoria Interna Contábil no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, bem como no Fundo de Modernização e Aparelhamento do Corpo de Bombeiros, Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil e Fundo de Fardamento do Corpo de Bombeiros (Diário Oficial do Estado nº 5.340, de 16 de abril de 2019).
Auditoria de Regularidade	Secretaria de Estado da Infraestrutura, Cidades e Habitação	Verificar pormenorizadamente as inconsistências que impedem a aprovação da Prestação de Contas Final do Convênio Federal, o qual fora a fonte de recursos para sua implementação.	Portaria CGE nº 87/2019/GABSEC, de 08 de julho de 2019, que instaura Auditoria no âmbito da Secretaria de Estado da Infraestrutura, Cidades e Habitação, especificamente no Projeto de Irrigação São João (Diário Oficial do Estado nº 5.394, de 09 de julho de 2019).
Fiscalização	Secretaria de Estado da Saúde	Atender Requisição nº 359/2019 – 28º PJC, referente ao Procedimento Preparatório nº 2019.0001924, emitido pelo Ministério Público do Estado do Tocantins.	Portaria CGE Nº 169/2019/GABSEC, de 16 de agosto de 2019, que instaura procedimento de Fiscalização no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, especificamente sobre os atos e fatos referenciados na Requisição nº 359/2019 – 28º PJC, referente ao Procedimento Preparatório nº 2019.0001924, emitido pelo Ministério Público do Estado do Tocantins (Diário Oficial do Estado nº 5.423, de 20 de agosto de 2019).



Fiscalização	Agência Tocantinense de Saneamento – ATS	Atender Diligência nº 16.674/2019, emitida por meio do Ofício nº 197/2019, 28º PJC, de 09 de outubro do corrente ano, proveniente do Ministério Público do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 292/2019/GABSEC, de 30 de outubro de 2019, que instaura procedimento de Fiscalização no âmbito da Agência Tocantinense de Saneamento – ATS, especificamente sobre os atos e fatos referenciados na Diligência nº 16.674/2019, emitida por meio do Ofício nº 197/2019, 28º PJC, de 09 de outubro do corrente ano, proveniente do Ministério Público do Estado do Tocantins (Diário Oficial do Estado nº 5.475, de 1º de novembro de 2019).
--------------	--	---	---

7. CUMPRIMENTO, PELO ÓRGÃO, DAS DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA

Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e o Tribunal de Contas da União, não realizaram Auditoria de Regularidade na Secretaria da Fazenda e Planejamento, no exercício em análise, conforme informado às fls. 894.

8. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

a) Com referência à força de trabalho foi informado pelo Órgão, como demonstrado, às fls. 885 a 889, um quantitativo de 1.651 (um mil, seiscentos e cinquenta e um) servidores, sendo 1.149 (um mil, cento e quarenta e nove) servidores efetivos, 61 (sessenta e um) comissionados, 92 (noventa e dois) efetivos comissionados, 274 (duzentos e setenta e quatro) efetivos com função comissionada, 61 (sessenta e um) contratos temporários, 02 (dois) requisitados comissionados, 01 (um) requisitado com função comissionada e 11 (onze) desligados, conforme folhas de pagamento do mês de dezembro de 2019.

b) Quanto aos quantitativos de servidores admitidos no exercício de 2019 às fls. 891 e 892, informamos que houve admissão de 66 (sessenta e seis) contratos temporários.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Sandro Henrique Armando, Dilma Caldeira de Moura Bernardes, Sergislei Silva de Moura e outros** relacionados neste processo, às fls. 08 a 10, **COM RESSALVAS** aos itens **2.2.1.3,**



2.2.1.5, 2.2.3 alíneas “b” I, III e IV”, 2.2.3.1, 2.2.4, 2.2.6 alíneas “a”, “b” e “c”, 3.1.2 alíneas “a”, “b”, “d” e “e”, 3.2, 3.3 alíneas “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h” deste relatório.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2020.

Assinado eletronicamente

Raimunda Nonata Diogo Araújo
Analista/PPA

Assinado eletronicamente

Lorranne Noleto Isidoro
Analista/Supervisor

Assinado eletronicamente

Eva Moreira Martins Santos
Diretora de Auditoria e Fiscalização

Assinado eletronicamente

Anne Carlos da Silva
Analista/Contador

Assinado eletronicamente

Wellington Júnior Silveira
Gerente de Auditoria em Governança e
Gestão Administrativa

Assinado eletronicamente

Kilvania Rodrigues de Melo Miranda
Diretora de Controle da Gestão
Governamental e Prevenção à Corrupção

I – De acordo;

II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise em emissão do competente Parecer de Auditoria.

Em 26/02/2020.

Assinado eletronicamente

Benedito Martiniano da Costa Neto
Superintendente